

*Brasília, 19 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Correio Braziliense - Online

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Propriedade intelectual e desenvolvimento: uma nova agenda ..... 3**

## Consultor Jurídico

Segunda-feira, 18 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Propriedade intelectual: obra gerada por IA pode ter autor? ..... 5**

## Propriedade intelectual e desenvolvimento: uma nova agenda



É imperioso revisitar a Lei de **Propriedade Industrial** para promover o ambiente de negócios, ampliar a segurança jurídica e estimular a economia do conhecimento

Pedro Ivo Sebba Ramalho - secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e preside o Grupo Interministerial de **Propriedade Industrial** (GIPI) Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Há 30 anos, o Brasil deu um passo decisivo rumo à economia do século 21 ao editar a Lei de **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/1996), em consonância com as obrigações assumidas com o Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio. Hoje, em um mundo mais digital, global e competitivo, é imperioso revisitar esse marco legal para promover o ambiente de negócios, ampliar a segurança jurídica e estimular a economia do conhecimento. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

Ao longo desses 30 anos, o país se integrou mais profundamente à economia mundial e consolidou a inovação como fator estratégico de desenvolvimento. Regras claras sobre **patentes**, marcas, **desenhos industriais** e **indicações geográficas** contribuíram para atrair investimentos, fortalecer centros de pesquisa e permitir que empresas inovem com maior previsibilidade. No Índice Global de Inovação, oito

dos 78 indicadores utilizam dados de **propriedade intelectual**, evidenciando a relevância do tema na competitividade econômica. A Estratégia Nacional de **Propriedade Intelectual** (ENPI), política pública para o tema, tem sólido conjunto de ações até 2030, incluindo entregas do governo e da sociedade civil. O objetivo maior é promover a necessária sinergia entre indústria e instituições de pesquisa e desenvolvimento, principalmente as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), para trazer o conhecimento gerado para a sociedade e a geração de desenvolvimento econômico e social. Olhando adiante, o governo também aponta oportunidades para simplificação e desburocratização e aumento da eficiência, com redução de prazos de decisão. Entre os principais pontos que contribuem para esses objetivos está a inversão da lógica atual que prevê a necessidade de requerimento, em até 36 meses após o depósito de uma **patente**, para que o **Instituto Nacional de Propriedade Industrial** (INPI) inicie o exame. Uma nova abordagem possibilitará o início do exame após os iniciais 18 meses de sigilo, resguardando ao depositante o direito de adiar esse prazo. A agenda de mudanças também deve contemplar a premente atualização da Lei de **Propriedade Industrial** em dispositivos pensados para o mundo analógico, com etapas hoje totalmente desnecessárias, após a digitalização; a necessária adaptação ao Protocolo de Madri, permitindo que depositantes estrangeiros constituam procurador nacional apenas quando houver exigência no processo; e o estímulo ao registro de **indicações geográficas**, em linha com as consequências da aprovação do histórico acordo comercial Mercosul-União Europeia, em vigor desde 1º de maio.

A agricultura que produz, mas não captura valor. Tão importante quanto a lei é a instituição que a executa. Nos últimos anos, o **INPI** passou por profunda modernização: digitalização de serviços, ampliação da cooperação internacional e forte redução do backlog. Entre outras medidas, o ingresso, em 2024 e 2025, de mais de 200 servidores por concurso público, o que elevou a eficiência do órgão. O prazo médio de exame de **patentes** caiu de 6,9 anos

anos em 2023 para 4,3 em 2026. Os depósitos cresceram de 6.264 **patentes** de invenção em 1999 para 24.750 em 2025, enquanto os pedidos de marca saltaram de 91 mil para mais de 504 mil. Todavia, o cenário ainda é desafiador, e o fortalecimento institucional do **INPI** deve ser contínuo, com ainda maiores investimentos em pessoas, tecnologia e governança. Isso é essencial para acompanhar, no mesmo ritmo, transformações como **biotecnologia**, transição energética e inteligência artificial (IA). A atualização da Lei de **Propriedade Industrial**,

mais que previsível, é extremamente necessária. A agenda deve priorizar simplificação, redução de custos e prazos, e maior segurança jurídica, preservando o equilíbrio entre os direitos dos titulares e o interesse público. Celebrar esse aniversário é oportunidade imperdível para fazer um balanço, refletir sobre avanços e necessidades e reafirmar o compromisso público com uma economia inovadora e competitiva.

## Propriedade intelectual: obra gerada por IA pode ter autor?



Discussão costuma começar por uma pergunta aparentemente simples: uma obra gerada por inteligência artificial pode ter autor?

Opinião Erro de Descartes: perspectiva da neurociência sobre obras criadas por IA

Rawpixel/Freepik

A discussão sobre inteligência artificial e direitos autorais costuma começar por uma pergunta aparentemente simples: uma obra gerada por IA pode ter autor? A resposta jurídica tradicional, ao menos no Brasil, parece apontar para uma direção antropocêntrica: autor é a pessoa física criadora da obra literária, artística ou científica, como dispõe o artigo 11 da Lei de Direitos Autorais.

Mas talvez a pergunta seja mais profunda do que isso. O problema não é apenas saber se uma máquina pode ocupar a posição formal de autora. É saber o que, afinal, - e por que - estamos protegendo quando protegemos uma obra.

É nesse ponto que O erro de Descartes, de Antonio Damásio, entra como uma provocação poderosa. A tradição cartesiana separou razão e emoção como se a primeira fosse o território da inteligência e a segunda fosse um ruído a ser controlado. Damásio inverte essa premissa. Sua hipótese dos marcadores somáticos sustenta que a tomada de decisão é influenciada por sinais ligados a processos biológicos, emoções e sentimentos, inclusive em níveis conscientes e não conscientes.

Aplicada ao campo da criação, essa ideia é explosiva. Criar não é apenas combinar signos, escolher

palavras, ordenar imagens ou produzir uma sequência estatisticamente plausível. Criar envolve selecionar, renunciar, insistir, hesitar, fracassar, desejar, lembrar, temer, imaginar o efeito no outro e, muitas vezes, transformar uma experiência interna em forma sensível. A obra humana não nasce apenas de uma operação intelectual; nasce de um corpo situado no mundo.

Autoria das obras de inteligência artificial

A inteligência artificial, por mais sofisticada que seja, opera em outro registro. Ela pode simular estilos, recombinar repertórios, gerar imagens, textos, músicas e vídeos com resultados impressionantes. Mas não sente perda, vergonha, ambição, medo, prazer, nostalgia ou desejo. Não possui homeostase, biografia, vulnerabilidade, finitude. Não cria porque algo lhe falta. Não cria porque precisa simbolizar uma experiência. Produz porque foi acionada.

Spacca

Isso não significa que obras criadas com auxílio de IA sejam automaticamente desprovidas de autoria humana. A distinção relevante talvez esteja menos no uso da ferramenta e mais no grau de controle criativo, intervenção expressiva e elaboração humana. O U.S. Copyright Office, por exemplo, tem adotado uma linha próxima: o uso de IA como ferramenta não impede a proteção autoral, mas material puramente gerado por IA, ou sem controle humano suficiente sobre os elementos expressivos, não recebe proteção; prompts, por si só, em tecnologias atualmente disponíveis, não bastam para caracterizar autoria.

Essa posição é interessante porque evita dois extremos. De um lado, não trata a IA como autora. De outro, não demoniza o artista que usa IA como parte de um processo criativo maior. Uma obra que incorpora material gerado por IA pode conter texto humano, curadoria, montagem, edição, seleção, arranjo e transformação expressiva suficientes para justificar proteção sobre aquilo que é humano na obra.

Em que consiste a criação humana

A contribuição de Damásio, porém, adiciona "gasolina" ao debate porque desloca a discussão da superfície técnica para uma questão ontológica: se a criação humana depende de uma racionalidade atravessada por emoção, corpo e experiência, então a ausência de vida afetiva da IA não é um detalhe periférico.

Mas esse argumento não resolve tudo. O debate sobre autoria é apenas uma parte da história. A pergunta "quem é o autor?" precisa ser acompanhada de outra, mais pragmática: quais seriam os efeitos de reconhecer proteção autoral ampla a obras geradas por IA?

Se toda saída produzida por sistemas generativos puder receber proteção autoral, cria-se o risco de uma expansão artificial de exclusividades privadas sobre conteúdos produzidos em escala industrial, com custo marginal baixíssimo. Isso pode gerar saturação de registros, insegurança sobre cadeias de titularidade, concentração de poder em plataformas e empresas que controlam os modelos, além de reduzir o espaço do domínio público. A proteção autoral deixaria de funcionar como incentivo à criação humana e poderia se transformar em mecanismo de apropriação massiva de outputs automatizados.

Por outro lado, negar proteção de modo absoluto também pode produzir distorções. Há situações em que a IA é apenas uma ferramenta dentro de um processo intensamente humano: um artista que gera dezenas de imagens, seleciona fragmentos, altera composição, combina elementos, edita, contextualiza e integra tudo em uma obra final pode realizar escolhas criativas substanciais. Nesse caso, o problema não é a presença da IA, mas a ausência ou presença de contribuição humana original.

Proteger a criação sem transformar em exclusividade

A discussão sobre IA e direito autoral, portanto, não deve ser reduzida a uma disputa binária entre tecnofilia e tecnofobia. O ponto central é calibrar o sistema: proteger a criação sem transformar qualquer produto automatizado em **propriedade intelectual** exclusiva.

É aqui que o Direito precisa sair de si mesmo. A resposta jurídica não pode ser construída apenas com categorias jurídicas herdadas do século 19. Autoria, originalidade, criatividade e obra são conceitos legais, mas também são conceitos estéticos, sociológicos, econômicos e neurocientíficos.

A neurociência ajuda a perguntar o que distingue cognição, emoção e criação. A sociologia ajuda a entender quem se beneficia da automação criativa e quem perde poder econômico e simbólico. A estética ajuda a discutir se uma obra sem intenção, sem experiência e sem interioridade pode ser recebida como arte. A economia ajuda a avaliar se a proteção autoral estimularia inovação ou apenas criaria novos cercamentos proprietários sobre bens culturais automatizados.

No fim, talvez a pergunta sobre autoria seja a menos urgente. Decidir se a máquina cria é um debate filosófico legítimo, mas que o direito pode contornar. O que ele não pode contornar é a pergunta sobre consequências: a quem beneficia, e a quem custa, estender ou recusar proteção autoral a conteúdos produzidos em escala industrial e a custo marginal próximo de zero? Damásio nos oferece uma chave útil para pensar a singularidade da criação humana, mas o desenho do regime autoral não se resolve apenas na ontologia, nem apenas na neurociência. Resolve-se na escolha, profundamente política, sobre que tipo de economia da cultura queremos sustentar, e sobre quem fica dentro e quem fica fora dela.

Luiz Guilherme Valente É Advogado

# Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem .....	1,2
Inovação .....	1,2
Marco regulatório   INPI .....	1,2
Patentes .....	1,2
Propriedade Industrial .....	1,2
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4